



Domingues Azevedo, presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas

“O fisco está autista”

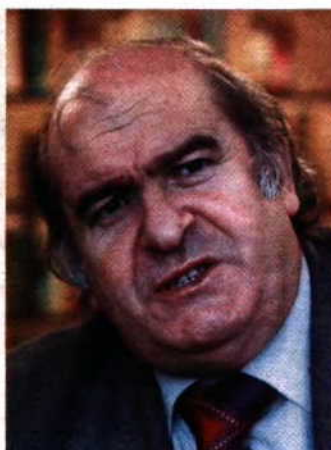
Maioria das contendas judiciais pode ser resolvida por **comissões arbitrais**

É uma das vozes que mais críticas tem desferido contra o comportamento da máquina fiscal em relação aos contribuintes. Domingues Azevedo, recentemente reconduzido na presidência da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, diz que a Administração Fiscal é “autista” na forma como lida com os pagadores de impostos e que tem um poder “discrecional tremendo”. Aponta o dedo aos erros que continuam a ser cometidos pelos serviços e salienta que “é perigosa a presunção de verdade” por parte do Estado. Faz questão de frisar que isto não quer dizer que concordasse com a situação anterior de uma “Administração laxista”. Defende a necessidade de um fisco “musculado, forte e interveniente”, que simultaneamente seja “justo”.

Acha que a maioria das contendas entre a Administração Fiscal e os contribuintes podem ser resolvidas por comissões arbitrais, aliviando os tribunais. Para o presidente dos TOC, muitos contribuintes preferem chegar a acordo com o fisco — “desde que a proposta não seja muito violenta” — do que prolongar a contenda. Está convicto de que estes organismos conciliadores resolveriam “70 a 80% das acções” e adianta que já falou com o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, sobre esta proposta. “Há

processos que estão nos tribunais e que não têm qualquer materialidade”, salienta.

Lamenta que se tenha criado a ideia de uma “subalternização” dos técnicos oficiais de contas (TOC) em relação à Direcção-Geral dos Impostos (DGCI). “Os TOC não são uma espécie de segundos fiscais das Finanças. Somos parceiros da mesma realidade, mas não somos fornecedores de serviços da Administração”, afirma com veemência, deixando o recado de que o facto de colaborar com o Estado na luta



A palavra de ordem é formar

O presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC) está contente com os resultados das últimas votações, que o reconduziram no cargo pela quarta vez consecutiva. Foram às urnas 23% dos 77 mil inscritos na organização, dos quais 32 mil exercem a profissão. Um resultado positivo aos olhos de Domingues Azevedo, que lembra que o “Benfica teve menos votantes”. Às críticas aos salários elevados da direcção proferidas pela sua rival nas eleições, responde que são acusações de quem não conhece “o trabalho e as horas que damos a esta casa”. Este ano haverá um forte reforço na formação, porque há “uma grande preocupação com a qualidade dos profissionais”. Vão lançar acções de formação «online» e será criado um canal de televisão na Internet. O Orçamento da CTOC para 2008 soma 16 milhões de euros, a maioria vindos dos 12 euros mensais de quota de cada profissional. O reforço do fundo de pensões (tem 4 milhões de euros) é outro compromisso. O património imobiliário da Câmara está avaliado em 20 milhões de euros.

contra a evasão e fraude nos impostos não os impede de contestarem os métodos do fisco. Quanto à proposta do Governo contra o planeamento fiscal abusivo, aprovada recentemente em Conselho de Ministros, acha que “foi muita parra para pouca uva”. Ou seja, duvida dos efeitos práticos das medidas. Favorável, de início, à lista de devedores considera agora que a revelação dos nomes dos faltosos só faz sentido “quando for publicada a lista dos credores do Estado”.

O presidente dos TOC também torce o nariz ao Sistema de Execuções Fiscais (SEF) que, na sua opinião, tem aumentado o número de conflitos. “O SEF age directamente contra os devedores, mas também actua quando há situações em que não existe dívida. É um processo automatizado que leva logo às penhoras antes das reclamações serem apreciadas”, critica. Domingues Azevedo defende que sempre que uma decisão das Finanças seja contestada, o caso deve ser analisado de imediato “para saber se há erro dos serviços”. Insiste que os funcionários dos impostos devem ter “sensibilidade suficiente para separar o trigo do joio”. Até porque “a grande maioria dos contribuintes não defrauda o fisco”.

ANA SOFIA SANTOS
assantos@expresso.pt